

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE N.º ICP20240009**

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA CIRURGIA LAPAROSCÓPICA (PERAC)**

## ÍNDICE

### **PARTE I Disposições gerais**

#### **SECÇÃO I Disposições gerais**

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Caderno de encargos

Cláusula 2.<sup>a</sup> - Objeto

Cláusula 3.<sup>a</sup> - Preço base

Cláusula 4.<sup>a</sup> - Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

#### **SECÇÃO II Contrato**

Cláusula 5.<sup>a</sup> - Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.<sup>a</sup> - Prazo de vigência do contrato

#### **SECÇÃO III Obrigações contratuais**

Cláusula 7.<sup>a</sup> - Obrigações principais do co-contratante

Cláusula 8.<sup>a</sup> - Verificação da execução

#### **SECÇÃO IV Incumprimento do contrato**

Cláusula 9.<sup>a</sup> - Penalidades

#### **SECÇÃO V Resolução do contrato**

Cláusula 10.<sup>a</sup> - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 11.<sup>a</sup> - Resolução por iniciativa do co-contratante

#### **SECÇÃO VI Casos fortuitos ou de força maior**

Cláusula 12.<sup>a</sup> - Casos fortuitos ou de força maior

### **PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS**

#### **SECÇÃO I Local, prazo e horário de fornecimento**

Cláusula 13.<sup>a</sup> - Local de entrega

Cláusula 14.<sup>a</sup> - Prazo de entrega

Cláusula 15.<sup>a</sup> - Horário de fornecimento

## **SECÇÃO II Preço contratual**

Cláusula 16.<sup>a</sup> - Preço contratual

Cláusula 17.<sup>a</sup> - Revisão de preços

## **SECÇÃO III Pagamento**

Cláusula 18.<sup>a</sup> - Condições de pagamento

## **PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **SECÇÃO I Proteção de dados**

Cláusula 19.<sup>a</sup> – Proteção de dados

### **SECÇÃO II Comunicações e notificações**

Cláusula 20.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações

### **SECÇÃO III Contagem dos prazos**

Cláusula 21.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos

### **SECÇÃO IV Legislação aplicável**

Cláusula 22.<sup>a</sup> - Legislação aplicável

### **SECÇÃO V Resolução de litígios**

Cláusula 23.<sup>a</sup> - Foro competente

## PARTE I

### Disposições gerais

#### Secção I

### Disposições gerais

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Caderno de Encargos

1. O caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão ser redistribuídas as quantidades contratadas e os respetivos encargos, durante a vigência do contrato, desde que sejam cumpridos os requisitos e autorizações legais aplicáveis ao registo/atualização dos compromissos plurianuais.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Objeto

1. O presente concurso é constituído por 9 (nove) lotes e **visa a aquisição de material para cirurgia laparoscópica (PERAC)**, melhor identificado e com as características mínimas insertas no mapa de artigos a concurso em anexo ao presente caderno de encargos e nos termos e condições estipulados neste caderno.
2. As quantidades indicadas resultam de uma estimativa máxima de consumo para o período de vigência do contrato, podendo, por conseguinte, em sede de execução do mesmo, serem fornecidas quantidades inferiores, de acordo com as necessidades do contraente público.
3. A aquisição insere-se na categoria 33190000-8, descrita como “Dispositivos e Produtos Médicos Variados” constantes do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003) e pelo

Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Preço base**

O preço base global é de **EUR 1.002.892,95 (um milhão, dois mil, oitocentos e noventa e dois euros e noventa e cinco cêntimos)**, o que corresponde ao preço base anual de **EUR 334.297,65 (trezentos e trinta e quatro mil, duzentos e noventa e sete euros e sessenta e cinco cêntimos)** acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, dividido conforme mapa de artigos em anexo ao caderno de encargos.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência**

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do CCP, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente caderno de encargos e no programa do procedimento, o preço.

## **Secção II**

### **Contrato**

### **Cláusula 5.ª**

#### **Cláusulas por que se rege o contrato**

1. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da reclamação, o órgão que aprova a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
6. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
7. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Prazo de vigência do contrato**

1. O contrato objeto deste procedimento é **válido pelo período de 1 (um) ano** e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, sendo certo que ao abrigo do disposto no artigo 45º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas:
  - a) Nenhum pagamento pode ser efetuado antes da emissão do Visto pelo Tribunal de Contas;
  - b) Caso o preço contratual seja superior a EUR 950.000 (novecentos e cinquenta mil euros), o contrato não pode produzir quaisquer efeitos antes do Visto do Tribunal de Contas.
2. O contrato renova-se automaticamente por sucessivos períodos de 1 (um) ano, até ao limite máximo de três (3) anos de vigência, salvo se for denunciado, por qualquer um dos outorgantes, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por qualquer uma das formas de notificação plasmadas no CCP.
3. Para efeitos do disposto no número um da presente cláusula, conta a data da última assinatura quando esta ocorra em datas diferentes.

#### **Secção III**

##### **Obrigações contratuais**

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Obrigações principais do cocontratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o co-contratante as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens com a qualidade apresentada, marcação CE e prazo de validade conforme o indicado na proposta adjudicada;
- b) Obrigação do cumprimento do prazo de entrega dos bens identificado na sua proposta;
- c) Cada remessa de artigos requisitados deve ser acompanhada de guia de remessa/ou fatura em duplicado, na qual se mencionam os números e datas das notas de encomenda discriminando quantidades, artigos, preços e lotes.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Verificação da execução**

- 1. A verificação da execução tem por finalidade averiguar se o contrato está a ser convenientemente executado, nomeadamente aferir se as quantidades e prazo de entrega foram respeitados, bem como a qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados.
- 2. O contraente público poderá realizar testes aos bens de modo a apurar a qualidade dos mesmos.
- 3. Aquando da receção, será verificada a sua qualidade e conformidade com o contrato.
- 4. Perante a circunstância de fornecimento de grandes quantidades, o processo referido no número anterior será realizado por amostragem.
- 5. Não obstante o referido no número precedente, no decurso da utilização e caso se verifique que os bens fornecidos não se mostram conformes com o adjudicado, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade, o contraente público, independentemente da possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste caderno ou de outros meios legais, contactará o cocontratante para que, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, tal situação seja devidamente regularizada.

#### **Secção IV**

##### **Incumprimento do contrato**

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Penalidades**

- 1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 333.º do CCP, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP, nomeadamente:

- a) Em caso de atraso no fornecimento, o contraente público notificará o cocontratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, efetuar o fornecimento em falta;
  - b) O contraente público aplicará ao cocontratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
  - c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao cocontratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo co-contratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318.º - A do CCP.

## **Secção V**

### **Resolução do contrato**

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato pelo contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos ou, concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao cocontratante:
- a) O fornecimento se encontre gravemente prejudicado;
  - b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do fornecimento (quando houver atraso na entrega dos bens ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
  - c) O aumento injustificado dos preços;
  - d) A prática de actos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
  - e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do fornecimento, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
  - f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.



2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao cocontratante dos fornecimentos já realizados em conformidade com o contrato.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por iniciativa do cocontratante**

1. O cocontratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando todas as obrigações do cocontratante ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

#### **Secção VI**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **PARTE II**

### **CLÁUSULAS ESPECIAIS**

#### **Secção I**

#### **Local, prazo e horário de fornecimento**

##### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Local de entrega**

1. Os bens devem ser entregues no Hospital Dr. Nélcio Mendonça, sito na Av. Luís de Camões, n.º 57, 9004-514 Funchal.
2. As entregas serão efetuadas conforme as necessidades do SESARAM, EPERAM, sempre que este o solicite.

##### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de entrega**

1. Os bens devem ser entregues no prazo máximo **45 (quarenta e cinco) dias** para os lotes 1, 2, 3, 4 e 5 e de **10 (dez) dias úteis** para os restantes lotes, a contar da receção da nota de encomenda (se outro inferior não resultar da proposta adjudicada), a efetuar em função das necessidades.
2. O Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM poderá, em condições excepcionais, ajustar com o cocontratante prazo de fornecimento diverso do acima indicado.

##### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Horário de fornecimento**

O fornecimento deverá ser efetuado, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 16H00.

## **Secção II**

### **Preço contratual**

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Revisão de preços**

Os preços propostos pelo adjudicatário vigorarão até ao *terminus* da validade do contrato, não sendo possível a revisão de preços, salvo se tal decorrer de imposição legal ou de despacho que assim o determine.

## **Secção III**

### **Pagamento**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Condições de pagamento**

1. **A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número da nota de encomenda e número de compromisso, bem como tem de conter a descrição do objeto (bem) a que respeita, as quantidades, os preços unitários e o preço total, sob pena de ser liminarmente devolvida.**
2. O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias **após a entrega da respetiva fatura devidamente emitida, designadamente nos termos do número anterior.**

3. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior, são devidos juros moratórios nos termos da lei.
4. A faturação deverá ser emitida por via eletrónica, nos termos do artigo 299.º - B do CCP, exceto nos casos em que ainda não é legalmente obrigatória. A plataforma utilizada para o efeito pelo SESARAM, EPERAM é a Ilink (disponível em [www.ilink.pt](http://www.ilink.pt)).
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a fatura também deverá ser enviada em PDF para o correio eletrónico [faturacao@sesaram.pt](mailto:faturacao@sesaram.pt).
6. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Não são admitidos adiantamentos por conta do fornecimento a efetuar.

### **PARTE III**

#### **Disposições finais**

##### **Secção I**

##### **Proteção de Dados**

##### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Proteção de dados**

1. O co-contratante está obrigado a um dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a Informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais que manterá com o SESARAM, EPERAM, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados a sigilo profissional.
2. O cocontratante não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso, para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao SESARAM, EPERAM, não podendo, transmiti-los a terceiros.
3. O dever de confidencialidade e as demais obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o termo das relações profissionais entre o cocontratante e o SESARAM, EPERAM

4. Mediante solicitação, por escrito pelo SESARAM, EPERAM, o cocontratante devolverá todos os documentos, registos e cópias que contenham informação e/ou dados pessoais a que tenha tido acesso no âmbito da execução do contrato.
5. Mesmo que não seja solicitado, no final do contrato o cocontratante deverá proceder à eliminação dos dados pessoais, salvo se outro prazo de conservação se aplicar ao tipo de dados pessoais.
6. Em caso de perda ou acesso indevido à informação e/ou dados pessoais ou parte deles, o cocontratante notificará imediatamente o SESARAM, EPERAM, sem prejuízo das obrigações que sobre si impendam.

## **Secção II**

### **Comunicações e notificações**

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

## **Secção III**

### **Contagem dos prazos**

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

## **Secção IV**

### **Legislação aplicável**

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

### **SECÇÃO V**

#### **Resolução de litígios**

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.